

## TERRITÓRIO E ESTUDOS DE MATRIZ DECOLONIAL: CAMINHOS E POSSIBILIDADES DE PESQUISA NA GEOGRAFIA

### *TERRITORY AND DECOLONIAL MATRIX STUDIES: PATHS AND POSSIBILITIES FOR RESEARCH ON GEOGRAPHY*

 Gabriel Siqueira Corrêa <sup>A</sup>

 Carolina da Silva Santos <sup>A</sup>

<sup>A</sup> Universidade do Estado do Rio de Janeiro / Faculdade de Formação de Professores (UERJ/FFP), São Gonçalo, RJ, Brasil

Recebido em: 15/07/2021 | 13/05/2022    DOI: 10.12957/tamoios.2022.61126

Correspondência para: Gabriel Siqueira Corrêa (gabrielgeo@hotmail.com.br)

### Resumo

O cenário latino-americano apresenta atualmente uma pluralidade de lutas sociais que foram durante décadas invisibilizadas e subalternizadas por narrativas coloniais, que as viam como resquício do passado. Destaca-se que a pauta dessas lutas sociais construídas, por exemplo, por indígenas e quilombolas, têm transformado o território numa categoria política das lutas, em que o conceito passa a ser mobilizado em uma perspectiva integradora. Diante disso, o presente artigo tem como objetivo apresentar possibilidades teóricas para o campo investigativo dos estudos sobre território em geografia, associados a corrente decolonial. Como recorte temático será desenvolvido um debate sobre as comunidades remanescentes de quilombos no Brasil, com foco para um estudo de caso da comunidade quilombola de Santa Rita do Bracuí no Estado do Rio de Janeiro. Pretende-se assim, apresentar tanto a potencialidade do conceito de território como as dificuldades teórico-metodológicas em operacionalizar pesquisas a partir do debate da colonialidade.

**Palavras-chave:** colonialidade, território, poder.

### Abstract

The Latin American scenario currently presents a plurality of social struggles that were for decades made invisible and subalternized by colonial narratives, which saw them as a remnant of the past. It is noteworthy that the agenda of these social struggles built, for example, by indigenous people and quilombolas, has transformed the territory into a political category of struggles, in which the concept is mobilized in an integrative perspective. Therefore, this article aims to present theoretical possibilities for the investigative field of studies on territory in geography, associated with the decolonial current. As a thematic focus, a debate will be developed on the remaining quilombo communities in Brazil, focusing on a case study of the quilombola community of Santa Rita do Bracuí in the State of Rio de Janeiro. Thus, it is intended to present both the potential of the concept





of territory and the theoretical-methodological difficulties in operationalizing research from the coloniality debate.

**Keywords:** coloniality, territory, power.

## INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo, a partir do campo conceitual, refletir sobre caminhos possíveis para estruturação de um campo investigativo dos estudos sobre território em Geografia e a corrente decolonial. Observa-se uma pluralidade de geografias das lutas sociais que tem sido invisibilizadas e subalternizadas pelas narrativas territoriais hegemônicas, como, por exemplo aquela praticada a décadas por comunidades negras que desde o final dos anos de 1980 começam a autodenominarem-se como quilombolas. A pauta dessas disputas sociais tem transformado o território numa categoria política de lutas, em que passa a ser mobilizado em uma perspectiva integradora. Um exemplo aqui apresentado é o da comunidade de Santa Rita do Bracui, que vem protagonizando uma série de disputas pelo direito de permanecer no seu território.

Para este objetivo, o artigo foi dividido em quatro momentos. No primeiro, apresenta-se uma associação entre o conceito de colonialidade e território, e demonstra a importância desse debate no campo da geografia. No segundo, debate-se o núcleo epistêmico do conceito de território, mais precisamente a relação entre poder e resistência, como focos conceituais que aparecem frequentemente em pesquisas sobre o tema. Na terceira parte são apresentadas potencialidades e limitações teóricas ao utilizarmos o campo da colonialidade como proposta teórico-metodológica em pesquisas. Por fim, a quarta parte apresenta a possibilidade de estudos decoloniais a partir de uma análise preliminar sobre comunidades remanescentes de quilombo no Brasil.



## EM BUSCA DE ASSOCIAÇÕES: COLONIALIDADE E TERRITÓRIO

Há no campo da Geografia, um crescente uso do conceito de território em pesquisas, principalmente com o aumento dos estudos sobre as mais variadas formas de conflito envolvendo disputa por terra. Traço importante que constitui esse processo é que essa emergência não se restringe ao campo analítico. O uso do território vira instrumento das práticas políticas de movimentos sociais, compondo sua linguagem em vários países da América Latina. A (re)emergência desses grupos<sup>1</sup> tencionam o modelo civilizatório e monocultor (não só de produção, mas também das narrativas e dos sentidos da vida) que esteve presente desde o período colonial. As lutas não se restringem mais à ocupação do território, mas também por memória e identidade. Grupos que mesmo com diferentes agendas e estratégia, tem na luta por território um mote unificador de mobilizações (SVAMPA, 2010). Nesse sentido “(...) conceito tem funcionado como um dispositivo de agenciamento político, em especial, no contexto latino americano, em que essa categoria é uma espécie de catalisador das energias emancipatórias” (CRUZ, 2011, p.87).

Há nesse processo de entendimento tanto epistêmico-analítico quanto político-prático do conceito - que não estão dissociados - um questionamento sobre as formas de gestão colonial sobre territorialidades negras. Estas formas são operacionalizadas na tentativa de impor um modelo de ordenamento territorial eurocêntrico e uma interpretação de território, visto apenas como em uma dimensão política-jurídica de escala macro. Nessa leitura, território é substrato físico, contínuo, unitário, bem delimitado, exercido por um poder soberano e com temporalidade de longa duração. Tem na população características culturais e históricas semelhante, que condiz a uma “nacionalidade”, ou nos termos de Benedict Anderson, uma “comunidade imaginada”, uma experiência única de territorialidade.

A forma política que este modelo de gestão colonial assume é a figura moderna do Estado-nação<sup>2</sup>, que privilegia a dinâmica de acumulação capitalista frente às apropriações que escapam deste modelo, praticadas por distintos grupos que vivem no seu interior. Dessa forma, não são consideradas sobreposições de territórios, pois em si mesmo, o Estado-nação já representa um único território possível<sup>3</sup> para os seus formuladores políticos.

1  
2  
3



Esta forma de território no contexto pós colonial nasce enraizado ao sistema-mundo moderno-colonial (QUIJANO, 2005) e todas as heterarquias nele fomentada (GROSFOGUEL, 2010) nos países latino americanos.

Porém, mesmo este modelo de gestão e controle territorial, como unidade política unificadora e instituinte de uma série de processos desterritorializadores, vem passando por mudanças, principalmente a partir das políticas públicas construídas nos anos de 1990. Nesse período observam-se ações no campo jurídico que dão direito ao território a uma série de sujeitos coletivos, principalmente quilombolas em países como Equador, Colômbia e Brasil.

Essas dinâmicas impactam a produção conceitual da geografia sobre território nas últimas décadas, com leituras que ajudam a compreender este processo como forma de interpretar e problematizar os padrões de ordenamento territorial estabelecidos, seja na dinâmica de des-reterritorialização contemporânea, ou até mesmo no novo papel reterritorializador do Estado (Haesbaert, 2014). Essa forma de leitura vem sendo realizada por autores como: Bonemaison (2002), Sack (2011), Haesbaert (2006), Raffestin (1993) e Souza (1995). Neles é possível encontrar elementos que permitem uma visão mais plural de território, junto a chaves metodológicas interpretativas de um amplo campo de situações. Assim, conceitos como territorialidade, territorialização e desterritorialização, além de território-rede, passam a fazer parte do campo derivativo do conceito de território.

Nos debates propostos por estes autores identifica-se que as relações de poder estão no centro do núcleo epistêmico do território, e mobilizam – em nossa leitura - formas de pensar a relação colonial/decolonial. Em Raffestin (1993), as interpretações de poder são influenciadas pela leitura de Foucault, que tencionam uma concepção de poder único, vigente em interpretações anteriores sobre território e Estado. O território passa a ser visto como “definido e delimitado por relações de poder” (SOUZA, 2013, pág.78), ou “como um olhar sobre o espaço geográfico que coloca seu foco nas relações de poder, isto é, enfatiza as relações espaço/poder” (HAESBAERT, 2014, p. 55).

Porém, o poder não é visto apenas em uma concepção política estatal, mas vinculado a aspectos de dominação e apropriação, tanto no que diz respeito a processos econômicos quanto simbólicos (HAESBAERT, 2014). Outras formas de interpretação do poder induzem a olhar outras dimensões do território. Haesbaert (2006), propõe a partir de um extenso levantamento, três dimensões principais, com forte difusão no campo acadêmico, são elas: política, cultural e econômica.



- política: (referida às relações espaço-poder em geral) ou jurídico-política (relativa também a todas as relações espaço-poder institucionalizadas): a mais difundida, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes – mas não exclusivamente – relacionado ao poder político do Estado.
- cultural (muitas vezes culturalista) ou simbólico-cultural: prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido.
- econômica (muitas vezes economicista): menos difundida, enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho, como produto da divisão “territorial” do trabalho, por exemplo, (HAESBAERT, 2006, p. 40.)

Essa leitura multidimensional pode expor uma visão integradora, em que cada dimensão está presente nos territórios de forma mais ou menos nítida, que varia de acordo com a situação ou com o conflito que se estabelece, ou mais focalizada em apenas um aspecto, ao observar os paradigmas territoriais predominantes.

Junto a essa mudança do conceito de território, ganha força nas ciências sociais a corrente denominada decolonial, vista em trabalhos de Ramon Grosfoguel, Santiago Castro Gomez, Maldonado Torres, Anibal Quijano e Walter D. Mignolo, cujo diálogo com a Geografia se constrói, inicialmente, a partir de trabalhos de Porto-Gonçalves (2005, 2012). Estes trabalhos ajudam a entender, no contexto latino americano, sistemas de poder e modelos classificatórios produzidos na experiência colonial, que permanecem ainda hoje na forma de colonialidade do poder, ser e saber. A importância dessa leitura se dá pela interpretação que a colonialidade é constitutiva dos territórios e territorialidades contemporâneos. A proposta de colonialidade do poder, inclusive, coloca em foco as formas de dominação orquestradas a partir da dimensão étnico-racial, que afetam diretamente as formas de (sobre)vivência

Porém, por grande parte dessas leituras terem um caráter macroescalar, envolvendo narrativas globalizadoras e de longa duração, existem poucos trabalhos que conseguem fazer a mediação, e efetivamente entender como essas relações são construídas em situações concretas e podem também ser por elas transformadas. A proposta de giros decoloniais nas correntes de pensamento pouco tem acompanhado giros decoloniais particulares<sup>4</sup> sob forma de mudança analítica nos estudos que envolvem grupos subalternos em processos de disputa material e subjetiva.

Um caminho seria estudar determinados contextos espaciais específicos, marcados por laços da colonialidade a partir de uma leitura heterárquica do poder (CASTRO-GOMEZ,



2007) na teoria da colonialidade. O estudo sobre comunidades tradicionais, usando o corpo conceitual de território/territorialidade como mediação na compreensão de conflito-poder-resistência ajudaria tanto a revelar os regimes de poder impressos pela colonialidade, como também a revelar práticas descolonizadoras desses grupos, a partir de suas territorialidades e resistências.

Para tanto, é preciso destrinchar primeiro a lógica que associa colonialidade a território, mediadas pela questão do poder e da resistência. Afinal, o poder é núcleo interpretativo tanto da teoria do giro decolonial e sua dimensão de colonialidade do poder, quanto do conceito de território.

### **PODER E RESISTÊNCIA: CHAVES PARA O CONCEITO DE TERRITÓRIO.**

Os debates sobre território na geografia indicam que o poder possui uma centralidade analítica, com grande influência dos textos de Michael Foucault. Assim é necessário que o conceito de poder seja explorado para que o uso de território, sob essa perspectiva, não caia em reducionismos, ao ser, por exemplo, transformado em uma fórmula operacionalizada e/ou simplificada sem explicar os sentidos e elementos que o constituem. Isso não só reduz a sua complexidade como limita o potencial do conceito, tornando-o mais um obstáculo, que efetivamente uma maneira de ajudar a responder/construir as questões.

Dessa forma, é importante destacar alguns cuidados e questões levantadas na obra de Foucault quando toca no tema do poder. Ainda que as concepções e formas de olhar este conceito estejam presentes em grande parte da sua produção, em alguns textos<sup>5</sup> ela aparece de forma mais objetiva.

Uma primeira lição oferecida pela leitura de Foucault é que o **poder** não pode ser classificado como uma instituição ou pertencente a uma estrutura pré-existente. Ele não pertence a uma pessoa em detrimento da outra, ele se coloca em um processo relacional. O poder “(...) designa relações entre "parceiros" (entendendo-se por isto não um sistema de jogo, mas apenas -e permanecendo, por enquanto, na maior generalidade - um conjunto de ações que se induzem e se respondem umas às outras). (Foucault, 1995, p. 240)”. Não existe um sujeito ou grupo que tem um poder enquanto outros não tem, logo não existe alguém que aplica o poder no outro sem uma contrapartida. Assim, entende-se a máxima que o poder é



relacional, o que não muda o fato de que os sujeitos dispõem e utilizam ferramentas e práticas com distinta intensidade para exercê-lo.

Mais do que uma coisa, o poder deve ser visto na sua relação e principalmente em ato. É importante criar mecanismos e metodologias que possibilitam analisar como o poder é praticado em situações sociais concretas. Ou seja, é necessário existir um deslocamento nas questões centradas em “o que é o poder” e “de onde vem o poder”. Perguntar como ele é exercido traz um caráter mais direto e empírico, que pode ser revelador de muitas situações. Em termos geográficos, poderíamos questionar quais são as formas de analisar e identificar as práticas que influenciam o controle, acesso e uso que os sujeitos fazem de seus territórios e entre outros territórios.

Se o “como” ganha centralidade na análise e a “relação” é uma condição a priori do exercício de poder, é preciso saber qual a finalidade que institui essa relação. Foucault também trabalha a importância em pensar a criação de um campo estratégico em que atores utilizam dispositivos e ferramentas para controlar ou influenciar a ação de outros sujeitos. Este é um processo de continua disputa, em que ambos são reconhecidos e se abre um campo de ações, respostas e intervenções. A partir disso, pode-se ver o poder enquanto:

(..) um conjunto de ações sobre ações possíveis; ele opera sobre o campo de possibilidade onde se inscreve o comportamento dos sujeitos ativos; ele incita, induz, desvia, facilita ou torna mais difícil, amplia ou limita, torna mais ou menos provável; no limite, ele coage ou impede absolutamente, mas é sempre uma maneira de agir sobre um ou vários sujeitos ativos, e o quanto eles agem ou são suscetíveis de agir. Uma ação sobre ações. (FOUCAULT. 1995, p. 243)

Estas ações não são a-espaciais, assim elas precisam de um espaço para acontecer e de práticas para se reproduzir. Nesse sentido é necessário compreender as estratégias expostas para melhor controlar as possibilidades e movimentos dentro do espaço, bem como seus mecanismos de funcionamento.

Esse caráter estratégico das práticas de poder que de nenhuma forma é irracional em seu funcionamento, tende a criar dispositivos que variam de maneira relacional no que diz respeito a temporalidade (podem ser mais ou menos permanentes, ou agir somente em determinados momentos) e espacialidades (variam conforme os espaços, e os sujeitos que o constituem). Michael Foucault (1995) aciona a ideia de estratégia como um conjunto de procedimentos para conseguir a vitória, de melhor se colocar sobre as ações de outro adversário. Quando estas estratégias ganham contorno de conjunto de práticas para manter os dispositivos de poder ele a chama de ‘estratégia de poder’:





Podemos então decifrar em termos de 'estratégias' os mecanismos utilizados nas relações de poder. Porém, o ponto mais importante é evidentemente a relação entre relações de poder e estratégias de confronto. Pois, se é verdade que no centro das relações de poder e como condição permanente de sua existência, há uma "insubmissão" e liberdades essencialmente renitentes, não há relação de poder sem resistência, sem escapatória ou fuga, sem inversão eventual; toda relação de poder implica, então, pelo menos de modo virtual, uma estratégia de luta, sem que para tanto venham a se superpor, a perder sua especificidade e finalmente a se confundir. (Foucault, 1995, p. 248)

Se as estratégias induzem a pensar dispositivos de poder, há também o processo de resistência, que pode se constituir enquanto estratégias contrárias ou alternativas. Com uma ação sobre outra ação, ela produz impactos e reações, nem sempre na forma desejada pelas estratégias empreendidas. Na verdade, as estratégias de poder e seus dispositivos, atuam no sentido de minimizar o máximo possível essas reações não programadas que podem constituir resistências.

Porém, ainda que distribuídas no tempo e no espaço, as resistências não deixam de existir. Nem sempre sob a forma de uma revolução ou polarizadas sob uma bandeira específica, ou ainda de forma organizada. As resistências se fazem presentes dentro de uma rede de poder, que varia em escala e temporalidade.

Aqui resistência não é vista como sinônimo de revolução, ou a formas que podem vir a desdobrá-la. As resistências não necessitam nem emergem apenas de um lugar específico. O que existem são pluralidades de resistência, singulares em seus contextos, podem ser improváveis, espontâneas, organizadas, estratégicas, com impactos em variadas escalas, ou concentradas na dinâmica local.

Diante de uma concepção mais aberta de resistência, como inerente as práticas de poder, é possível fazer a crítica a leituras que a definem apenas a partir de processos de grande revolução, ou ligados a contestações abertas, organizadas com um caráter consciente de mudanças sistêmicas ou de tomada de poder, expresso como coisa que se tem ou não.

É preciso compreender outras formas de resistência que tendem a mudar o aqui e o agora, que se configuram em práticas espaciais e temporais demarcadas, com diferentes forças e alcance, como reações as estratégias de poder empregadas por grupos hegemônicos. Definir território como campo de relações de poder, é também identificar que existem resistências a práticas que tentam impor uma dada territorialização, que desterritorializam grupos, ou ainda





que comandam as formas de reterritorialização. Muitas vezes essas resistências estão ligadas a sobrevivência imediata, sob formas cotidianas de luta.

Uma crítica que contribui com essa concepção e expressa outra escala e formas de resistência pode ser vista nos trabalhos de James Scott (2002). Ao estudar “as armas dos fracos” ele se propõe a trabalhar com uma concepção de resistência normalmente ignorada na história, que ao focarem grandes eventos deixam de lado inúmeros sujeitos e formas de luta.

Para o autor nem sempre os confrontos abertos são possíveis, até pelo grau de incerteza sobre os ganhos frente as práticas de repressão e violência comandada por outros agentes. Ele fala sobre grupos que nas relações de poder estão situados em uma posição de pouca possibilidade de reação, com poucas ferramentas disponíveis, mas que nem por isso deixam de reagir. (SCOTT, 2002)

São resistências cotidianas, muitas vezes informais, preocupadas com os ganhos momentâneos, possíveis. São ajustes a circunstâncias enfrentadas no dia-a-dia, realizadas por sujeitos que em meio a uma inserção precária nos seus territórios, com práticas de resistência não necessariamente contra as formas diretas de repressão ao qual estão submetidos, mas por meios alternativos que garantam a sua sobrevivência<sup>6</sup>.

Resistência nesse sentido não é caracterizada como uma entidade absoluta, que polariza toda ação em uma resposta. Resistência é plural, corresponde a diferentes formas de reagir a determinada situação ou estratégia. Em muitas situações analisadas, formas de protestos e lutas são ignoradas sob a ótica que não combatem uma bandeira de exploração. Tanto os estudos de Foucault, quanto os estudos decolônias se opõem a esta leitura. Há nesse processo um desperdício de experiências (BOAVENTURA, 2008), ao não olhar práticas cotidianas de resistência (e as estratégias de resistência empreendidas por grupos subalternos) sob esta ótica. Foucault (1995), inclusive, propõe que os estudos de resistência tenham uma centralidade na análise do poder:

Gostaria de sugerir uma outra forma de prosseguir em direção a uma nova economia das relações de poder, que é mais empírica, mais diretamente relacionada à nossa situação presente, e que implica relações mais estreitas entre a teoria e a prática. Ela consiste em usar as formas de resistência contra as diferentes formas de poder como um ponto de partida. Para usar uma outra metáfora, ela consiste em usar esta resistência como um catalisador químico de modo a esclarecer as relações de poder, localizar sua posição, descobrir seu ponto de aplicação e os métodos utilizados. Mais



do que analisar o poder do ponto de vista de sua racionalidade interna, ela consiste em analisar as relações de poder através do antagonismo das estratégias. (FOUCAULT, 1995, p. 234)

Estudar as resistências se configura como método para identificar as estratégias e dispositivos que diferentes sujeitos empregam/constroem no exercício do poder. No território, é expresso por meio das práticas, usos e ferramentas mobilizadas, que visam uma apropriação e controle material e simbólico dos espaços, seja do seu fluxo e/ou das suas fronteiras.

Sendo assim, concordamos com Castro Gomez (2007) quando diz que a teoria de poder em Foucault possibilita estudos metodológicos ricos, porém, são construídos para pensar a realidade europeia. Dessa forma, torna-se importante o estudo de autores que buscam pensar a realidade latino-americana, a partir de formas próprias de leitura de mundo.

## COLONIALIDADE E PODER OU COLONIALIDADE DO PODER?

Michael Foucault, aponta no capítulo “O método” da obra “História da Sexualidade” a regra do duplo condicionamento:

“Nenhum “foco local”, nenhum “esquema de transformação” poderia funcionar se, através de uma série de encadeamentos sucessivos, não se inserisse, no final das contas, em uma estratégia global. E, inversamente, nenhuma estratégia poderia proporcionar efeitos globais a não ser apoiada em relações precisas e tênues que lhe servissem, não de aplicação ou consequência, mas de suporte e ponto de fixação. Entre elas, nenhuma descontinuidade, como seria o caso de dois níveis diferentes (um microscópico e o outro macroscópico); mas, também, nenhuma homogeneidade (como se um nada mais fosse do que a projeção ampliada ou a miniaturização do outro); ao contrário, deve-se pensar em duplo condicionamento, de uma estratégia, através da especificidade das táticas possíveis e, das táticas, pelo invólucro estratégico que as faz funcionar.” (FOUCAULT, 1988, p. 95)

Neste fragmento é problematizada a dimensão escalar dos processos de pesquisa, em que o autor não propõe uma abordagem tipicamente escalar, entre local e global, macro e micro. Ele entende que no estudo sobre o poder e das estratégias de poder, ambas as esferas, tanto da estratégia global quanto dos focos locais possuem relação, mas não de hierarquia ou de projeção. Uma não é mais importante que a outra, não possui os mesmos mecanismos, ou ainda, é projeção sob uma forma escalar diferente. Ele as trata como formas que se constituem, ao se interligarem e complementarem, mesmo projetadas por mecanismos que



existam em diferentes planos de realidade (espacial e temporal) e classificadas muitas vezes em leitura escalar (macro e micro).

Ambas são produto e produtoras, fazem parte de uma correlação, não são descontinuas dentro de um campo estratégico, ainda que nem sempre precisem estar interligadas.

É com esse cuidado que se deseja abordar o contexto latino-americano e a modernidade/colonialidade, principalmente na dimensão da colonialidade do poder para entender os sistemas classificatórios e os processos de des-reterritorialização que comunidades quilombolas sofrem no Brasil.

Neste artigo quando se fala de modernidade e seu outro lado, a colonialidade, a intenção é expor um projeto que instituiu uma forma universalista de ler e entender o mundo. Isso se dá a partir de uma matriz eurocêntrica que organiza de um lado uma classificação populacional, e de outro, uma organização cronológica de mundo que tende a incorporar povos e territórios em uma grande narrativa universal, em que a Europa representa o desenvolvimento, enquanto outros são considerados primitivos (LANDER, 2005)

A implicação dessa forma de conceber o mundo e a totalidade inscrita nele, influencia o campo científico, político e epistêmico. Ela se constrói no processo de colonialismo, em que a América foi fundamental na construção do sistema-mundo moderno/colonial, no qual o ato de hierarquizar os espaços foi também um ato de hierarquizar as populações.

Essa leitura organiza uma forma de pensar o espaço que exclui sujeitos que não se adequem ao grau de modernidade projetado como norma. Assim, tem-se como resultado “a repressão da possibilidade de outras trajetórias.” (MASSEY, 2008, p. 106) que são produtores de territorialidades e territorializações.

O autor Anibal Quijano (2010), um dos principais percussores dessa leitura de sistema-mundo moderno/colonial, indica a centralidade da teoria na relação entre o controle do trabalho e classificação racial. Para ele a colonialidade é um dos elementos que constituem o padrão de poder mundial capitalista, baseado em uma classificação racial hierárquica da população mundial, que atua de forma material e subjetiva nas dinâmicas cotidianas e sociais (2010). Isso se dá em um processo, segundo o autor, de “racialização” das relações de poder, junto a criação de identidades sociais (QUIJANO, 2010).

A colonialidade do poder, expressa uma classificação em que não é apenas o controle das relações de produção que funda uma experiência desigual de poder. A experiência histórica da América Latina indica formas heterogêneas em que no capitalismo mundial



moderno/colonial tem na raça um padrão estruturante, ainda que relacionado às condições de trabalho e gênero.

Nesta leitura, teorias de maior abrangência, como a marxista, não respondem a heterogeneidade estruturante das formas de exploração na América Latina, muito menos aos seus legados coloniais. Quijano (2010) propõe o deslocamento da teoria das “Classes Sociais” para a teoria de Classificação Social, pautada na heterogeneidade, como conceito constituído por processos de disputa pelo controle dos meios de existência social. Este resulta em um padrão desigual de distribuição de poder, fundado na relação de exploração, conflito e dominação.

Porém, a concepção de poder de Quijano (2010), principalmente em relação a centralidade da colonialidade do poder em suas análises, sofre críticas por parte de Castro-Gomez (2007,2012). E centram-se principalmente nas dificuldades metodológicas em operar os estudos de matriz decolonial sob essa perspectiva de poder, vista como macro.

Ao longo do trabalho de Castro-Gómez, as críticas apresentadas não se baseiam necessariamente em invalidar o debate proposto por Quijano (2010). Ela representa a dificuldade em operar com estudos de matriz decolonial, principalmente entre os debates que figuram na relação macro e micro da teoria, o que leva a uma tentativa de aplicar uma lógica explicativa global diretamente em dinâmicas locais, sem categorias intermediárias.

Essa crítica fica mais explícita em entrevista concedida ao grupo de estudos sobre colonialidade (GESCO) em que Castro-Gómez aponta limitações as teorias vigentes sobre colonialidade. A primeira é a centralidade da colonialidade do poder como única racionalidade dominante nas relações de expropriação, que relega a um papel secundário a colonialidade do ser e do saber, invisibilizando heranças epistêmicas e ontológicas. A segunda se expressa no uso dado a análise do sistema-mundo, caracterizado como uma ferramenta “telescópica” que mesmo enxergando as relações macro, invisibiliza o aspecto rizomático expresso nas escalas locais (CASTRO-GOMÉZ, 2012).

Esse conjunto de críticas e questões colocadas ao método de operar os estudos decoloniais simbolizam a dificuldade em realizar estudos sem ficar restritos a imperativos, a máximas sobre sistemas de dominação globais que reinam sobre condições locais.

Como alternativa, Castro-Gomez, (2007) aborda a necessidade de entender aspectos da colonilidade em diferentes escalas, trabalhando com a teoria heterárquica do poder. Essa proposta abriria possibilidades para compreender a colonialidade em diferentes âmbitos



sociais e escalares, das políticas do Estado até as políticas e tecnologias de poder mais locais, não necessariamente da mesma forma, mas se relacionando por mecanismos de poder e de subjetividade. Assim, os estudos genealógicos podem ser uma ferramenta para visibilizar o que não é visto nos estudos e perspectivas que se colocam unicamente centradas na dimensão da colonialidade do poder, em escala macro.

De maneira geral, Castro-Gómez indica que o sistema-mundo moderno/colonial, deve ser pensado não como hierarquia ou rede de hierarquias, mas como heterarquia, entendendo a colonialidade como múltipla e não reduzida a uma relação de capital e trabalho, orientada por uma reflexão hierárquica em relação às escalas. Não que com isso ele negue a importância dos regimes globais, mas destaque a importância das teorias que tornem visíveis as relações próprias de colonialidade existente nos regimes locais (CASTRO-GÓMEZ, 2007, p. 171)

Uma leitura de heterarquia ou interseccionalidade também é proposta Grosfoguel (2010, p. 463-464), mas não necessariamente dentro de um debate metodológico tal qual apresenta Castro-Gomez. Para Grosfoguel (2010) existe uma série de hierarquias que se correlacionam, entre elas: a hierarquia racial, sexual, entre centro e periferia; espiritual; epistêmica, e linguística. Nessa direção, o autor amplia consideravelmente os planos de expropriação que devem ser vistos na leitura decolonial, mas não deixa de entender a raça como um dos principais eixos organizadores das relações de capital e trabalho.

A colonialidade opera em âmbitos concretos da vida. Se ela se manifesta em uma amplitude de situações é preciso que essas sejam estudadas a partir de um arcabouço e metodologia que tornem visível os seus mecanismos de funcionamento, os seus dispositivos de poder.

Dessa forma, não com a intenção de perpassar cada uma dessas características, mas sim para apresentar sua articulação, será exposto o caso das comunidades remanescentes de quilombos no Brasil, em especial a comunidade de Santa Rita do Bracuí.

Assim, a questão quilombola será vista sob três pontos de vista que variam em temporalidade e escala: i) o da definição histórica e colonial, para identificação de grupos denominados quilombolas; ii) o da pluralidade de territorialidades que efetivamente acionam estratégias e podem ser identificados como quilombolas a partir da constituição de 1988; iii) a apresentação de uma comunidade quilombola, demonstrando como o conceito de território, a partir das relações de conflito e resistência pode ser uma ferramenta para demonstrar práticas decoloniais.



## AS DINÂMICAS DE RETERRITORIALIZAÇÃO DAS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBO: POSSIBILIDADES INVESTIGATIVAS A PARTIR DA COMUNIDADE DE SANTA RITA DO BRACÚ

Até aqui foi exposto o debate sob um ponto de vista conceitual, ao indicar elementos presentes no conceito de território e colonialidade, evidenciando também as noções de poder e resistência. A partir desses diálogos, pretende-se apresentar o tema de pesquisa das comunidades remanescentes de quilombo, em diferentes escalas e temporalidades de problematização.

A história das comunidades quilombolas – e posteriormente as comunidades remanescentes de quilombos – é marcada pelo processo de colonialismo e colonialidade, expressos pelo racismo e apagamento durante e após o período da escravidão. A população africana escravizada, trazida para o continente americano como mercadoria, enfrentava o sistema de poder vigente e buscava construir territorialidades de liberdade e resistência. Essa narrativa não é singular do Brasil, pois estes grupos criaram formas de gestão territorial em todos os países para o qual foram levadas, ganhando direitos territoriais nas últimas décadas, caso dos *palenques* colombianos e as comunidades *cimarrones* equatorianas.

No caso brasileiro uma leitura da legislação do período colonial mostra como os quilombos causavam medo e eram mais comuns do que o imaginário nacional e os conteúdos ensinados na escola normalmente apresentam. O quilombo dos Palmares, pela sua dimensão (tanto no que diz respeito a tamanho, influência e duração) provocou uma mudança significativa no pensamento das autoridades. A partir de sua existência percebeu-se a necessidade de criação de regimentos que inibissem possibilidades de fuga e organização de populações negras em espaços distantes do controle coercitivo exercido na Colônia/Império.

Este foi o contexto para criação de políticas de contenção e perseguição, classificando esses grupos como quilombos. Assim até a menor ameaça devia ser nomeada como quilombola, tendo como base uma descrição genérica e ampla e a lembrança da denominação que causara tanto prejuízo as elites coloniais, constituídas em boa parte por donos de escravos. Dessa forma foi possível justificar diversos enquadramentos e práticas de violência contra qualquer aglomeração de grupos negros.

Entre estas legislações destaca-se a criada pelo Conselho Ultramarino em 1740. Conforme problematizou Moura (1975) após Palmares os portugueses procuraram criar mecanismos na legislação que atentassem para formas de resistência negra, que ameaçavam a



existência da escravidão. Esta medida apontava que eram considerados quilombos “Toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles”. Esta definição sofreu alterações, chegando a contemplar qualquer grupo de escravizados fugidos, na dimensão mais ampla e genérica do conceito.

Posteriormente, outras territorialidades são caracterizadas enquanto quilombolas. Aos grupos situados em espaço do latifúndio e do isolamento, comum a classificações em áreas rurais, é acrescido também situações relacionadas ao meio urbano existente naquele período, principalmente na presença de aglomeração em casebres, na Bahia, que eram ocupados por africanos. Nelas projetava-se a imagem e classificação desses espaços como quilombo, simbolizando uma instituição de resistência à escravidão no meio rural.

Mas, ainda que rompa com a concepção de isolamento e meio rural, em ambas as situações o quilombo está ligado apenas à ideia de confronto armado, face visível da tensão entre escravizados e escravizadores, que é criado mediante situações em que a repressão violenta deve ser justificada a partir de uma ameaça ao sistema escravocrata. Essa leitura, em sua base colonial, encobre variadas territorialidades semelhantes construídas pela população negra, que mesmo em constante conflito com o sistema escravocrata, desgastando-o de distintas maneiras, não estavam diretamente associadas ao confronto, pois estrategicamente agiam de forma distinta da fuga.

Essa interpretação, inclusive a partir de pesquisas históricas sobre formas de resistência que não estão diretamente ligadas ao confronto, ganha força nos anos de 1970, a partir de uma releitura do passado baseada na crítica, a visão que vê unicamente o quilombo dos Palmares como forma de resistência. A formação chamada de quilombo passa por um processo de releitura – e descolonização –, principalmente no que diz respeito à diversidade de formas e nas negociações estabelecidas com múltiplos grupos. Uma passagem de quilombo enquanto fuga, para quilombo enquanto grupo composto por inúmeros sujeitos que construíam relações multifacetadas e negociavam processos de autonomia e liberdade (GOMES, 1995)

Assim, é importante entender que quilombo antes de 1889 não deve ser restrito à existência dos Palmares e ao modelo de fuga/isolacionismo. Ele expressou uma diversidade de territorialidades e criação de redes de solidariedade, informação, comércio e conflito. Foi em diferentes casos: refúgio, protesto, revolta e sobretudo resistência. No final do período





escravocrata, grupos que antes eram chamados de quilombolas e tantos outros grupos negros que poderiam ser assim também chamados pela sua gestão territorial, viviam incorporados ao campesinato – principalmente os localizados distantes do centro, onde a opressão era menor. Mas nem assim escaparam de processos de violência, de apagamento e desterritorialização, ainda que nem sempre acompanhado de remoção do território.

No final do século XX elas voltam a figurar enquanto categoria jurídica, ganhando visibilidade em esfera nacional diante do número de comunidades lutando pelo processo de titulação de suas terras junto ao INCRA após a promulgação do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias que reconhece os direitos das comunidades que estejam ocupando as suas terras.

Tem-se ainda na mesma constituição, dois decretos que serão utilizados para fortalecimento do debate jurídico a favor das comunidades quilombolas, que são os decretos 215 e 216, que versam sobre a valorização e preservação das manifestações culturais dos afro-brasileiros, e tombamento – entre outros – dos “sítios detentores de reminiscência histórica dos antigos quilombos”. Soma-se a estes o decreto 4887 de 2003, que indica a auto atribuição como critério para certificação, e ainda identifica os grupos com trajetória histórica própria e que são “dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida”

Mais de um século depois<sup>7</sup> de figurar nas legislações como instrumento criminal a partir de denominações coloniais, a criação do artigo transforma as comunidades quilombolas em coletivos com direito ao território – conceito presente no termo jurídico - e muda o cenário e os regimes de visibilidade destes grupos. A partir disso as comunidades negras, espalhadas pelo Brasil com outras denominações, como terras de preto, terras de santo e comunidades de senzalas, começaram a se apropriar da legislação e disputar junto a acadêmicos e juristas, a ressemantização do termo e efetivamente o direito ao território.

Assim, entende-se que estas são comunidades que em muitos casos, dentro de uma leitura de des-reterritorialização, podem ser vistos como “*desterritorializados em busca de uma outra reterritorialização, de resistência e, portanto, distinta daquela imposta pelos seus desterritorializadores*.” (HAESBAERT, 2006, p. 259). Ou seja, grupos que mesmo diante de práticas de violência e remoção, de precarização, buscam alternativas, ou criam estratégias



de permanência em seus territórios. Grupos ainda que tiveram sua história apagada e sua presença invisibilizada, que sofreram com as práticas de branqueamento do território (CORRÊA, 2013) produzidas nos últimos dois séculos.

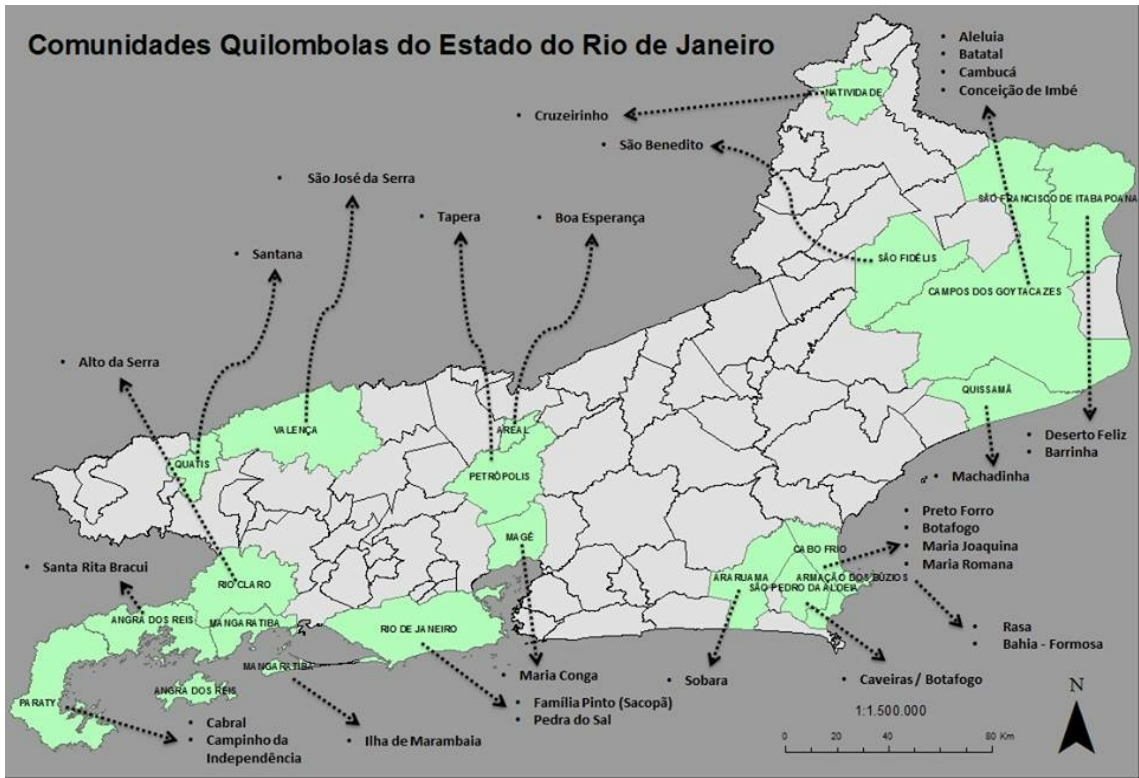
Elas passam também a recuperar memórias, criar estratégias e novas práticas, e assumir um papel diferente na relação com outros sujeitos nas regiões onde se localizam. O território passa a ser categoria da prática para estes grupos, incorporada em seus vocabulários, era preciso descolonizar o termo, combater estigmas e recuperar trajetórias.

Nesse sentido, comunidades remanescentes de quilombo aqui é entendida como grupos que através de suas territorialidades engendraram formas de resistência (passada e presente) com o objetivo de manutenção e reprodução de seus territórios coletivos (no uso ou na relação entre uns e outros), e se constituem a partir de laços de parentesco. Eles não são homogêneos, havendo distinções entre comunidades, e nas próprias comunidades. Eles tensionam as heranças coloniais, a partir de práticas e estratégias que desafiam o que foi estabelecido para elas.

São grupos que passaram a ocupar seus atuais territórios a partir de doações de terras dos antigos fazendeiros, ocupação de fazendas abandonadas, compra de fazendas realizadas por escravos libertos, ocupações de terra devolutas entre outras. Estão em espaços rurais marcados por laços coloniais de expropriação, a face perversa da modernidade. Também ocupam zonas urbanas, ou mesmo áreas antes rurais, mas que passaram por processos de urbanização. Estão em espaços que foram convertidos em unidades de conservação e são ameaçados por elas à medida que a legislação de algumas de suas modalidades não permitem grupos vivendo em suas terras. Aqui as disputas variam de escalas e nos marcos normativos. São também ameaçados pelo turismo, por situarem-se em paisagens valorizadas, principalmente aquelas que mantém elementos que remetem a lagos, praias, florestas.

Propor estudos em comunidades remanescentes de quilombos, ajuda a revelar alguns dos meios de ação da colonialidade a partir das resistências mobilizadas por estes coletivos. Um exemplo de situação concreta pode ser exemplificada a partir da comunidade de Santa Rita do Bracuí, localizada no estado do Rio de Janeiro, na região sul fluminense. Destaca-se que essa região concentra quatro comunidades quilombolas (conf. Mapa 1), explicada pela existência de um porto ilegal para entrada de africanos escravizados após a proibição da entrada dos mesmos.

Mapa 1: comunidades quilombolas certificadas no estado do Rio de Janeiro - 2019



Fonte: autoria própria a partir de dados retirados da Fundação Cultural Palmares

O território que hoje pertence a comunidade de Santa Rita do Bracuí era uma fazenda cuja estrutura funcionalizava a engrenagem do tráfico ilegal ao possuir uma localização privilegiada: era próxima a um porto de entrada ilegal de africanos escravizados, o que facilitava o desembarque; era uma área estratégica de distribuição para o Vale Paraíba em São Paulo, por ser divisa com a serra, onde a produção do café se intensificava; e possuía uma estrutura de produção de aguardente que funcionava como moeda de troca, sendo uma importante mercadoria no comércio do tráfico atlântico.

Próximo ao final da escravidão em 1877, a terra foi doada pelo seu dono o Comendador José de Souza Breves aos antigos escravizados, caracterizando-se como um primeiro marco temporal e territorial para pensar a formação da comunidade.

O testamento não foi mobilizado pelos ocupantes da comunidade de imediato, já que desconheciam a validade do documento jurídico. Este fato ocasionou sucessivas perdas territoriais, pois não se entendia a terra a partir de uma lógica privada. Ademais, inexistiam cercas na comunidade, ou qualquer demarcação. Ao decorrer do século XX as perdas territoriais aumentaram, ocasionadas por invasões e ações de grileiros. Mas o processo se



intensifica a partir dos anos de 1970, com a intensa especulação imobiliária. Ela é fruto de diversos processos que aconteceram na região, como industrialização e fortalecimento do turismo no município de Angra dos Reis, com a construção de estradas de acesso para quem vinha do centro do Rio de Janeiro e também de São Paulo, que intensificaram o fluxo de pessoas. Nesse contexto a região chamada de Sul Fluminense, passa a ser vendida como Costa Verde, que atraiu atenção pelos atrativos naturais em seus municípios e pela presença das praias, rios e da mata atlântica.

A comunidade é impactada com essa dinâmica, e após sucessivas perdas, começa a se articular e aciona a identidade quilombola a partir dos anos 2000, através da aproximação com o Campinho da Independência, primeira comunidade remanescente de quilombo titulada no estado do Rio de Janeiro, localizada em Paraty, município vizinho a Angra. Essas trocas resultam no acúmulo de experiência da comunidade, que começa a incorporar o debate sobre território em sua prática cotidiana. Como resultado, em 2005 foi criada a associação intitulada ARQUISABRA, que passaria a concentrar os esforços na luta pela titulação enquanto quilombo.

Em 2009 é produzido o laudo antropológico da comunidade. Aqui uma forma de memória espacial foi desenvolvida, e o grupo passou por um resgate de sua história, que ajuda a entender a transição em relação a ser uma comunidade negra para uma comunidade quilombola, acionando símbolos diacríticos. Já no ano de 2015 foi publicado o Relatório Técnico de Identificação e delimitação, peça jurídica importante no processo de titulação da comunidade, ainda em curso.

Este relatório é um material importante para entender a série de obstáculos e limitações para valer territorialidade do grupo, pois ele representa a demarcação territorial da comunidade. Esta apresenta um conjunto de particularidades, vinculados ao quadro herdado do processo de espoliação sofrido pela comunidade nas últimas décadas, com a entrada de muitos “imigrantes” – denominação dada pelos quilombolas denominam aos moradores que vieram de outros municípios ou regiões de Angra - além da perda do litoral, para o condomínio Porto Bracuhy.

Isso ocasiona uma delimitação descontínua da comunidade, incomum se comparada a outras pelo Brasil. A comunidade passa a ser formada por um segmento principal e “ilhas” como explicam os moradores. O segmento principal é acessado pela estrada de Santa Rita, à beira da estrada Rio-Santos, e também possui recortes internos com exclusões de algumas



áreas. As outras ilhas, bem menores que o segmento principal, são de famílias que permaneceram em áreas em que a terra foi vendida ou ocupada em grande escala, em que a permanência foi fruto de um processo de luta e resistência desde os anos 1950.

Esse processo resulta em uma série de problemáticas que a comunidade atravessa para manter sua territorialidade. Na história recente há poucas referências a conflitos com a mesma dimensão dos relatos mais antigos. Os próprios moradores ao serem perguntados sobre o tema costumam indicar fatos que ocorreram no passado, principalmente nos anos de 1970 a 1990. Por outro lado, quando se observa a apropriação e uso do território, em dilemas e embates cotidianos, outros focos aparecem. Um deles é o que envolve o choque de cosmovisões e projetos sobre o território que se vive com os imigrantes. Nessa perspectiva embates pouco citados ganham maior proporção, sendo colocados como importantes para pensar a territorialização do grupo.

Aqui não é necessariamente a luta pela terra a natureza do conflito, mas sim o uso dado ao território, e a configuração da sua paisagem com implicações políticas e sociais. Embora alguns se manifestem de diferentes formas, eles estão sempre associados ao território e à presença dos imigrantes que tentam impor a sua visão sobre o território, com transformações que descaracterizam a forma de gestão quilombola, como apontam os moradores do quilombo.

Como já indicamos, conflitos e as formas de resistência podem ser ferramentas para estudarmos como a colonialidade opera no processo de disputa em uma comunidade quilombola. Embora possamos destacar vários, iremos focar em dois: os conflitos pelo asfaltamento da via que corta o segmento principal da comunidade, denominado pelos quilombolas como “conflito asfáltico”, e o em relação a construção de muros nas propriedades, que envolvem, o cercamento das áreas de lazer.

Com a entrada intensa dos imigrantes, a via que dá acesso a comunidade passou a ser mais utilizada, inclusive por automóveis. Esse processo desencadeou uma demanda por pavimentação por parte desses moradores. Eles alegavam que a estrada apresenta péssimas condições, dificultando o deslocamento de carros particulares e serviços públicos, que pioravam com chuvas.

Diante desse quadro, organizados em associação de moradores, os imigrantes pleitearam junto à prefeitura em 2008 o asfaltamento da via. Em um contexto de proximidade com as eleições e pressionado por moradores com maior poder aquisitivo, a prefeitura



começou de forma irregular a asfaltar a área, sem realizar nenhum diálogo com a comunidade quilombola – já certificada naquele momento - deflagrando o conflito em relação ao asfaltamento na comunidade. Nesse evento, moradores do quilombo se colocaram a frente do maquinário que já havia asfaltado um trecho da estrada, impedindo sua continuidade de forma pacífica.

A partir desse evento, a situação de tensão que já existia se transformou em um repertório de agressões verbais e casos de racismo. Outras ofensas utilizadas são relatadas no laudo antropológico. Para MATTOS et. al. (2009), a recusa ao asfaltamento, muros e piscinas, representa no imaginário dos imigrantes que os quilombolas estão recusando os símbolos da modernidade. Essa percepção advém das frases que as autoras escutaram durante os trabalhos de campo em que “(...) alguns imigrantes se queixaram do fato de seus vizinhos quilombolas estarem “caçando o passado” e “se recusando a evoluir”” (MATTOS et. al., 2009, p. 112). As frases continuaram sendo repetidas mesmo após o fim do laudo, conforme relatam os moradores, o que demonstra a dimensão do branqueamento da imagem e cultura do território, ignorando as cosmovisões apresentadas pelo grupo, reforçando uma visão de mundo eurocêntrica.

Mesmo diante dessa pressão, a comunidade manteve o posicionamento contrário ao asfaltamento. Não por serem contrários a pavimentação, mas sim por entenderem que da forma que seria feito a comunidade seria prejudicada. No contexto de 2008 esses problemas eram ainda maiores, à medida que o asfaltamento iria aumentar a especulação imobiliária, causando maior pressão nos quilombolas em um momento em que a demarcação do território não havia começado. Ademais, com o asfaltamento haveria aumento da velocidade dos carros, o que gera risco a vida da maioria dos moradores que transitam a pé pela estrada. Os impactos ambientais também são citados, pois o asfaltamento, além de aumentar a temperatura da estrada, impermeabiliza o solo.

Esses atos só reforçam a falta de diálogo de uma parte dos imigrantes com a ARQUISABRA. A situação só voltou a ficar um pouco menos tensa recentemente, após o encontro entre, o Ministério Público e a Prefeitura. Como resultado foi feito um acordo em que a prefeitura se comprometia a realizar uma pavimentação que atenda aos critérios estabelecidos pela ARQUISABRA, e que não envolva o asfaltamento, mas sim uma pavimentação que fosse duradoura e não causasse tantos impactos ambientais. Porém, com isso a prefeitura alegou o aumento do custo e desde então não conseguiu realizar a obra.





Atualmente, ainda que a estrada não tenha sido pavimentada, o conflito parece estar menos latente. Contudo, os quilombolas seguem direcionando a atenção para possíveis tentativas que descaracterizem o território, ou tragam impactos ambientais, o que expõe uma visão sobre o seu território que parece não ser compartilhada com seus vizinhos.

Um segundo elemento de conflito, é a construção de muros. Estes chegam também com os imigrantes, em um contexto territorial em que a terra deixa de ser um bem comum e transmitido por acordos verbais e passa a ser reconhecida pelos documentos de propriedade.

Os muros são vistos como um sinal de distanciamento por parte dos quilombolas, e uma das características que remetem ao modelo de bairro urbano. Se os imigrantes veem os quilombolas como símbolo do atraso pela ausência de muros, os quilombolas olham os imigrantes como sujeitos que buscam trazer a cidade para roça, mudando não só a paisagem como a própria sociabilidade do lugar. Além do impacto na paisagem através da descaracterização, o muro limita a circulação

Isso é importante neste contexto, pois o território não se refere apenas à área de moradia, assim a luta não é pela garantia de uma propriedade privada, pois se assim fosse nenhum desses conflitos ganharia relevância. É a reivindicação pelo território e seu uso coletivo, com políticas de preservação ambiental e de amenização dos impactos que podem vir a acontecer. Lutas que buscam preservar a memória e os modos de vida e gestão do grupo. Aqui memória não se dá apenas na oralidade, ela também é territorial, são marcas ou geografias como narra Porto-Gonçalves (2003) quando trabalha a territorialização dos seringueiros no norte do país.

A preservação da paisagem também é essencial, pois ela transmite uma mensagem e constitui a territorialidade do grupo, por isso a inexistência de muros aparece como um símbolo essencial que constitui um elemento no modo de vida da comunidade. Não ter muros entre as casas e entre as famílias possibilita que os caminhos realizados não sejam necessariamente os da estrada, mas os dos quintais gerando contato entre quilombolas

Assim os muros se constituem enquanto um dos elementos que afetam a cosmovisão e desterritorializa o grupo, impedindo o acesso e circulação em seu próprio território, afastando uns dos outros. O muro em dois sentidos, como tecnologia para evitar o contato, em que “imigrantes” não desejam estabelecer relações com as pessoas de fora, e ao mesmo tempo, como contenção da circulação, em que quem está fora é impedido de acessar determinados caminhos. Ademais, os muros tem invisibilizado as práticas de desmatamento acompanhado





de ocupação, invasão e cercamento de vários acessos a cachoeiras, que antes eram abertos à população em áreas consideradas APP (Área de Proteção Permanente) e que pela legislação deveriam ser resguardadas.

Se existem conflitos, existem formas e práticas de resistência mobilizadas em estratégias territoriais, entendendo-a não como simples reação, r-existência territorial. Por r-existência territorial entendemos os processos de resistência vinculados ao modo de vida e de gestão do território que grupos sociais têm construído nas suas territorialidades, que buscam desconstruir as matrizes de racionalidade eurocêntricas, baseadas na colonialidade (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 165).

São práticas de resistência presentes na comunidade que indicam não só uma forma de resistir frente às pressões e desterritorializações, mas um horizonte de existência do grupo. Ação está concretizada a partir da produção de elementos que reforçam os traços diacríticos entre os quilombolas e os imigrantes, como elemento de territorialização e construção de um projeto de território decolonial a partir da visão do grupo. Entre elas podemos destacar: a construção de mapeamentos coletivos como ferramenta que contribui para a leitura territorial do coletivo; o uso do território voltado para agroflorestas e roças, e ainda a prática cultural do jongo, como elemento que associada a reprodução simbólica do grupo as suas características territoriais.

Assim, o primeiro desses fatores remete as diversas experiências com mapeamentos participativos que intensificam a consciência espacial do grupo, fortalecendo a leitura sobre o espaço e criação de estratégias de territorialização. Entre as experiências com mapeamento, foram feitas no Bracuí cartografia de esboço, produção de croquis, criação de plataformas interativas e cartografias participativas, em diferentes momentos. Estes envolvem algum mecanismo de participação distintos e potencializarem o conhecimento da comunidade sobre sua territorialidade.

Outro elemento para destacar são as práticas tradicionais de uso da terra, vinculadas ao manejo ou uso de recursos e a presença da biodiversidade, traços comuns em distintas comunidades quilombolas que tem na convivência com a natureza uma relação de harmonia. Dessa forma inúmeras comunidades se encontram em áreas de proteção ambiental, com grande biodiversidade e conhecimento profundo da etnobotânica. Em Santa Rita do Bracuí é possível observar vários elementos que estão relacionados a práticas territoriais e produção de alimentos, além da biodiversidade associada a traços e símbolos do grupo.



Há ainda a estratégia de recuperação das roças como um elemento de reterritorialização do grupo, associada ao saber sobre a terra dos moradores mais antigos. No caso da Comunidade de Santa Rita do Bracuí esse é um dos elementos que aparece como símbolo de r-existência da comunidade, à medida que através das roças há troca de saberes e autonomia alimentar.

Falamos de recuperação em alguns casos, porque a produção agrícola sempre foi uma marca da comunidade, mesmo no passado. No contexto histórico, destacam-se a produção da cana de açúcar e da banana, monoculturas que dominaram grandes períodos históricos da comunidade e remontam tanto a época da escravidão quanto no pós-escravidão, conforme relatam os moradores. Com o fim da banana no período mais recente, associada à construção da BR 101, e a entrada da empresa Furnas, a comunidade passa a conviver com a saída crescente de moradores para trabalhar na construção civil, ou na usina, o que parecia indicar o fim da prática de produção da comunidade, já que poucos moradores teriam tempo para cuidar das suas roças. Outros dois fatores indicavam o fim da agricultura de base familiar: a perda de territórios com a entrada dos grileiros, que diminuía consideravelmente os espaços para a produção e a legislação ambiental, que ameaçava os moradores que limpassem seus terrenos através de corte e queimada para produzirem, por mais que essa fosse uma prática existente há muitas décadas.

Mas ainda é possível perceber que muitos moradores da comunidade continuaram suas produções, seja através de roças e/ou sistema que usualmente é denominado de agrofloresta. Isso acontece tanto em pequena escala, em casa de moradores que plantam pequenas hortas no quintal, como nas áreas das famílias mais antigas que ainda possuem hectares maiores com possibilidade para destinar uma grande área para plantio. Existem áreas mais amplas que combinam diversas árvores frutíferas como jaca, coco, cacau, limoeiro, abacaxi, goiaba, laranja, banana. É possível dentro desse sistema, achar também a presença do palmito Jussara e da pupunha, que apesar de não ser tradicional da região, foi introduzido através de projetos na cultura do grupo.

Outro elemento característico que reforça a territorialidade do grupo atuando como marca histórica e criação de uma identidade ao território é o jongo. Este funciona como uma forma de reencontro com a ancestralidade, reafirmando o diálogo entre os mais velhos e os mais jovens. Ademais, é um importante elemento de pertencimento étnico, legitimando as relações de etnicidade que figuram atualmente como uma das armas políticas na luta de



afirmação enquanto comunidade quilombola. Ademais o jongo propicia uma visibilidade no cenário político, tornando-se um instrumento de luta por políticas públicas, não restritas as lutas fundiárias, sendo uma importante ferramenta na luta por permanência e direitos na comunidade.

O jongo como prática cultural e política é de difícil compreensão para quem nunca o assistiu e diversa no que diz respeito as suas formas de expressões, como afirma uma liderança “cada jongo tem um toque, tem um significado, é algo que não é possível de definir” como é repetido por diversos moradores. Porém, é possível entender, ainda que de forma ampla, o jongo como uma manifestação epistêmica e política que envolve dança, percussão e cantos, através de pontos, sendo uma prática cultural afro-brasileira que exerceu diferente papéis ao longo da história, em que não só o seu significado se distinguiu ao longo do tempo, como a própria forma como o jongo é praticado em relação ao ritmo e pontos cantados, de acordo com a região em que é realizado.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percorremos um caminho com a intenção de problematizar certos aspectos de uso do território e sua contribuição como mediação entre os estudos de matriz decolonial. Para isso era preciso entender os usos e a importância analítica de pensar o conceito de território, bem como seus cuidados. Após discutir as relações de poder-resistência e como elas se articulam ao conceito de território, buscou-se entender o contexto espacial, político e epistêmico que recobre os processos e as relações de poder estruturadoras e que dão lastro interpretativo para o estudo das sociedades latino americanas, principalmente a partir da leitura da colonialidade. Ali questionou-se alguns aspectos referentes a metodologia identificando características importantes para os estudos sobre colonialidade.

Percorrer esse caminho gera uma amplitude de possíveis leituras sobre lutas sociais, e, principalmente, a entender as dinâmicas de des-reterritorialização pela qual muitos desses grupos passaram. Assim, a partir do caso das comunidades remanescentes de quilombo no Brasil, foi pensado possíveis caminhos investigativos para o entendimento desses territórios de r-existências.

O entendimento do campo complexo de lutas que essas comunidades atravessam, nos apresenta a importância dos estudos de caso, em que essas investigações ajudam a observar como as resistências se colocam dentro de um campo de experiência decolonial.



## NOTAS

Falamos aqui de diversos grupos, dentro os quais: quilombolas, faxinalenses, seringueiros, ribeirinhos, atingidos por barragens, caiçaras, camponeses extrativistas, indígenas, pescadores. Importante ressaltar, que a criação do Estado-nação de caráter não colonial/imperial se assentou no Brasil a partir da reprodução das relações sociais vigentes através do pacto entre as elites regionais. Todo aparelho Estatal construído na transição entre o período colonial e republicano misturava interesses públicos e privados, o que limitou a superação de laços coloniais. Logo a passagem o fim do colonialismo aqui, não significou fim das relações de expropriação, mas sim sua continuidade com a estrutura de poder vigente. (MORAES, 2008, p. 82).

Aqui há uma relação nítida entre a forma de compreensão clássica da geografia a partir da ideia de boden em Ratzel.

A leitura de particular aqui não tem conotação hierárquica escalar. Entendemos que todo processo ocorre em um espaço particular, com saberes próprios e práticas singulares, dizer isso não desqualifica estes grupos. O que devemos questionar não é a noção de particularidade, mas sim a noção de universalidade que tenta tornar universal o que é particular para determinado grupo. (MIGNOLO, 2005)

Em O método, presente no livro “História da Sexualidade I: A vontade de saber”, e no texto “o sujeito e o poder”, presente na coletânea “Michel Foucault. Uma trajetória filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica”.

Frente ao contexto camponês que estudou, Scott fala de micro-resistências “Micro-resistência entre camponeses é qualquer ato de membros da classe que tem como intenção mitigar ou negar obrigações (renda, impostos, deferência) cobradas à essa classe por classes superiores (proprietários de terra, o estado, proprietários de máquinas, agiotas ou empresas de empréstimo de dinheiro) ou avançar suas próprias reivindicações (terra, assistência, respeito) em relação às classes superiores.” (, 2002, p. 24). Existe uma descontinuidade/silenciamento entre essas duas formas de olhar os quilombos na legislação, que dura um século, localizada entre os anos de 1889 e 1988. Um silêncio, enquanto categoria jurídica, que passou a ser refém daquilo que presumia, um Brasil branco, pautado pela miscigenação, e de população homogênea, onde não deveriam existir territorialidades negras tal qual aquelas do imaginário pautadas no modelo Palmarino de negros fugidos e isolados, fora de áreas urbanas ou no caminho de produções do agronegócio.

## REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Benedict R. Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo – São Paulo: Companhia das letras, 2008
- BONNEMAISON, J. Viagem em Torno do Território. In: ROSENDHAL, Z. CORRÊA, R. L. Geografia Cultural: um século (03). Rio de Janeiro: EDUERJ, 2002.
- CASTRO-GOMÉZ, Santiago. Michel Foucault y la colonialidade del poder. Tabula Rasa (Bogotá), n.6, jan-jun 2007
- \_\_\_\_\_. Los Avatares de la crítica decolonial. Entrevista concedida ao grupo de estudos sobre colonialidade. 2012
- CORRÊA, Gabriel Siqueira. Narrativas raciais como narrativas geográficas: uma leitura do branqueamento do território nos livros didáticos de geografia. 261f. Dissertação (Mestrado em GEOGRAFIA ). Programa de Pós-graduação em Ordenamento Territorial urbano e ambiental, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2013.
- CRUZ, Valter do Carmo. Lutas sociais, reconfigurações identitárias e estratégias de reapropriação social do território na Amazônia. Tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense. 2011
- FOUCAULT, M O sujeito e o poder. In: RABINOW, P. E DREYFUS, H. Michel Foucault. Uma trajetória filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 1995.



- \_\_\_\_\_. O método. In: *História da Sexualidade I: A vontade de saber*. 13 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
- GOMES, Flávio dos Santos. Quilombos do Rio de Janeiro do Século XIX, In: REIS, J. J. & GOMES, F. S. (orgs.): *Liberdade Por um Fio. História dos Quilombos no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995
- GROSFOGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. IN: SANTOS, Boaventura de Souza & MENESES, Maria Paula. *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010
- HAESBAERT, Rogério & PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *A nova des-ordem mundial*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.
- HAESBAERT, Rogério. Território, cultura e des-territorialização. IN: ROSENDAHL, Zeny, CORRÊA, Roberto Lobato (org). *Religião, identidade e território*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.
- \_\_\_\_\_. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” a multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- \_\_\_\_\_. *Viver no Limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção*/ Rogério Haesbaert – 1.ed – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.
- LANDER, Edgardo. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêtricos. IN: \_\_\_\_\_. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires-Clascso, 2005;
- MASSEY, Doreen B. *Pelo Espaço: uma nova política da espacialidade* – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009
- MATTOS, et.al.. *Relatório antropológico da Comunidade de Santa Rita do Bracuí*. 2009.
- MIGNOLO, Walter. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade IN: LANDER, Edgardo. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires-Clascso, 2005;
- MORAES, Antonio Carlos Robert. *Território e história no Brasil* São Paulo, Annablume, 2008.
- MOURA, C. *O negro: de bom cidadão ao mau escravo*. Rio de Janeiro: Conquista, 1975.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter “Apresentação”. In: Lander, Edgardo (Org.) *A Colonialidade do saber: Eurocentrismo e Ciências sociais – Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.
- \_\_\_\_\_. A reinvenção dos territórios: a experiência latino-americana e caribenha. In: *Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado*. Ceceña, Ana Esther(org). CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2006
- QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. IN LANDER, Edgardo. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais perspectivas latino americanas*. Buenos Aires-Clascso, 2005;
- \_\_\_\_\_. *Colonialidade do poder e classificação social*. IN: SANTOS, Boaventura de Souza & MENESES, Maria Paula. *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010
- RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática, 1993. Cap. 3.1 “O que é território?”, PP. 143-163.
- SACK, R.D. O significado de territorialidade. In: DIAS, L.C; FERRARI, M. *Territorialidades humanas e redes sociais*. Florianópolis: Insular, 2011
- SANTOS, Renato Emerson dos. \_\_\_\_\_. *Rediscutindo o Ensino de Geografia: Temas da Lei 10.639*. 2009 (Mimeo)
- SCOTT, James C. *Exploração normal, resistência normal* - Rev. Bras. Ciênc. Polít. No.5 Brasília Jan./July 2012
- SOUZA, Marcelo J. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná E. Et al. (org). *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, pág. 77-116.



SVAMPA, Maristella. Movimientos Sociales, matrices socio-políticos y nuevos escenarios en América Latina. One World Perspectives no. 1, 2010.

## COMO CITAR ESTE TRABALHO

CORRÊA, Gabriel Siqueira. SANTOS, Carolina da Silva. Território e estudos de matriz decolonial: caminhos e possibilidades de pesquisa na geografia. Revista Tamoios, São Gonçalo, v. 18, n. 2, p. 54-81, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/tamoios.2022.61126>. Acesso em: DD MM. AAAA.